

Justiça da UE impõe novo freio no acordo com o Mercosul

Análise da Corte suspende ratificação e afasta perspectiva de vigência no curto prazo



Acordo entre UE e Mercosul prevê a criação da maior área de livre-comércio do mundo

Por Martha Imenes

O acordo comercial entre a União Europeia e o Mercosul entrou em uma nova fase de incerteza após ser submetido à análise do Tribunal de Justiça da União Europeia (TJUE), instância responsável por avaliar a compatibilidade do tratado com o direito europeu. O encaminhamento transfere o debate para o campo jurídico e afasta, ao menos no curto prazo, qualquer perspectiva concreta de entrada em vigor do acordo.

Para Andrea Weiss, advogada especializada em comércio internacional e sócia da Monteiro & Weiss Trade, a iniciativa representa um freio institucional relevante no processo de ratificação e evidencia dúvidas jurídicas substanciais quanto à legalidade do texto no âmbito do ordenamento europeu.

“A submissão do acordo à Justiça Europeia indica a existência de questionamentos jurídicos relevantes e reflete, ao mesmo tem-

po, a forte divisão política interna na União Europeia em torno do tratado”, afirma.

Segundo a especialista, a consequência imediata é a paralisação do processo decisório dentro do bloco europeu, o que amplia a insegurança jurídica para empresas, exportadores, investidores e governos.

Embora exista o risco de cancelamento definitivo, a advogada avalia que esse não é o cenário mais provável. A experiência histórica da União Europeia indica uma tendência à busca de soluções técnicas para viabilizar acordos submetidos a questionamentos jurídicos.

“Quando a Corte identifica incompatibilidades, o caminho mais comum é a adaptação do texto, por meio de ajustes jurídicos, protocolos adicionais ou declarações interpretativas. O maior risco, neste momento, é o prolongamento excessivo do processo”, explica.

Ela avalia que enquanto o Tribunal de Justiça da União Europeia (TJUE) não emitir seu parecer, a

implementação do acordo permanece suspensa do lado europeu, independentemente de avanços legislativos nos países do Mercosul.

“Mesmo que haja aprovação interna no Brasil e nos demais países do Mercosul, o que tende a ocorrer, inclusive como forma de sinalizar compromisso político e pressionar o lado europeu, sem a manifestação da Justiça Europeia o Parlamento Europeu não pode concluir a ratificação”, afirma.

A aplicação provisória do acordo, embora exista em tese, já que o direito da União Europeia admite esse mecanismo para acordos internacionais, não se mostra viável no contexto atual, diante do questionamento formal de sua legalidade perante o Tribunal de Justiça da União Europeia.

“Aplicar provisoriamente um texto cuja legalidade está sob exame criaria insegurança jurídica e potencial conflito institucional. Não há, hoje, espaço político nem jurídico para isso”, destaca Andrea.

Entre os pontos mais sensíveis submetidos à análise da Corte estão a base legal para a ratificação, as cláusulas ambientais, os mecanismos de solução de controvérsias e a preservação da autonomia regulatória da União Europeia.

Além disso, o acordo enfrenta uma dificuldade estrutural de natureza política: a negociação agrícola. O setor agrícola europeu possui forte peso político, especialmente em países como França, Irlanda e Polônia, onde o voto do setor agrícola é relevante e tem sido decisivo para bloquear avanços no processo.

Apesar disso, Andrea ressalta que o prolongamento do impasse impõe custos crescentes para ambos os blocos.

“Enquanto o acordo não entra em vigor, União Europeia e Mercosul perdem oportunidades econômicas diariamente. A ausência de um marco regulatório comum limita comércio, investimentos e integração produtiva”, observa.

Geopolítica

A advogada destaca ainda que o atual contexto geopolítico reforça a busca global por novos acordos comerciais, em resposta ao enfraquecimento das estruturas multilaterais tradicionais.

“Há um movimento claro de diversificação de parcerias comerciais. A União Europeia negocia com Índia e Japão; o Mercosul, além do acordo com a UE, concluiu o acordo com a EFTA (European Free Trade Association), e negocia com o Canadá”, aponta.

Segundo Andrea, essa dinâmica reflete uma tentativa de reduzir dependências estratégicas em um cenário de tensões entre grandes potências.

“Existe uma pressão geopolítica para ampliar e diversificar acordos bilaterais. No entanto, no caso europeu, essa pressão não supera os limites jurídicos do sistema institucional. Sem o aval da Justiça, o acordo simplesmente não avança”, conclui.

Super Quarta deixa o mercado em compasso de espera. Selic pode ser mantida

Por Martha Imenes

A manutenção da taxa básica de juros da economia (Selic) em 15% é esperada pelo mercado financeiro, embora analistas avaliem que já está na hora de os juros começarem a cair para aquecer a economia. A expectativa sobre os resultados da Super Quarta, dia em que os bancos centrais do Brasil e dos Estados Unidos vão anunciar as decisões de juros em seus países, faz o mercado operar em compasso de espera.

A reunião de dezembro do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) foi realizada sob forte expectativa do mercado por sinalizações que indicassem o início do ciclo de cortes já em janeiro de 2026. No entanto, a ata frustrou essa percepção ao revelar um Copom que ainda busca

elementos de segurança para avançar ao próximo estágio no ciclo de política monetária.

Para a reunião de quarta-feira (28), a Warren Investimentos diz não esperar sinalizações explícitas sobre o encontro de março. “A tendência é a manutenção de um tom duro, reiterando a importância da reancoragem das expectativas de inflação, a preocupação com a resiliência do mercado de trabalho e a necessidade de melhora na leitura qualitativa da inflação corrente”, finaliza, em nota.

Resultado do IPCA-15

A depender do resultado da prévia da inflação divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), teoricamente, a taxa tem condições de cair. A conta de luz mais barata



Confira o desempenho da inflação

foi um dos fatores que ajudaram a prévia da inflação oficial de janeiro perder força e fechar em 0,20%. Em dezembro, o índice havia ficado em 0,25%.

De acordo com o economista

Luiz Otávio Leal, da G5 Partners, a inflação começa 2026 com uma “cara” muito parecida com a que encerrou 2025, uma variação ao redor de 0,20%, com um acumulado em 12 meses próximo de 4,50%, e sen-

do impactada por eventos pontuais.

“Começando pelo que ajudou o índice a ficar abaixo do que o do mês anterior, podemos destacar três grandes fatores: a gratuidade do ônibus urbano em Belo Horizonte aos domingos; a mudança da bandeira tarifária em janeiro de amarela para verde; a queda nos preços das passagens aéreas.

Balanços nos EUA

No exterior, o mercado acompanha a divulgação dos balanços do quarto trimestre de importantes empresas, como American Airlines, Boeing e General Motors. Além disso, na política, deve-se repercutir a ameaça de Donald Trump de aumentar as tarifas sobre as importações sul-coreanas relacionadas a automóveis, madeira e produtos farmacêuticos para 25%.